



DIREITO TRIBUTÁRIO

 **Estratégia**
OAB

III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO TRIBUTÁRIO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Guilherme, que era empregado da pessoa jurídica Beta Ltda., foi demitido de forma humilhante diante de outros empregados e, na dispensa, não lhe foram pagas determinadas verbas trabalhistas. Guilherme então procurou um(a) Advogado(a) e ajuizou a medida judicial cabível, objetivando receber as verbas trabalhistas devidas e danos morais. A respectiva sentença, já transitada em julgado, deu provimento aos pedidos de Guilherme, condenando a ex-empregadora ao pagamento de férias proporcionais não gozadas e respectivo terço constitucional, bem como danos morais. Os valores foram pagos a Guilherme em 2018, que os declarou à RFB - Receita Federal do Brasil no ano de 2019 como ganhos não tributáveis pelo IRPF - Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Ocorre, porém, que após a conclusão de procedimento fiscal em face dele, que resultou na constituição de crédito tributário, que não foi pago ou impugnado, a Fazenda Nacional ajuizou Execução Fiscal perante a 1ª Vara das Execuções Fiscais Federais da Subseção Judiciária de Gama, visando a cobrança do IRPF sobre os valores recebidos e declarados por Guilherme como ganhos não tributáveis. Guilherme, assim que citado na execução, ofereceu seu único bem à penhora, qual seja, um veículo automotor, porém, de valor insuficiente para garantir o débito executado. Após 20 (vinte) dias da intimação da penhora sobre esse automóvel, e já tendo ficado comprovado nos autos da execução a hipossuficiência patrimonial do Executado e a consequente impossibilidade de reforçar a penhora, você, Advogado(a) de Guilherme, após constatar que a CDA - Certidão de Dívida Ativa que instrui a Execução Fiscal não indica a quantia executada, opôs Embargos à Execução Fiscal, mas o Magistrado Federal indeferiu de plano a petição inicial, extinguindo os Embargos sem resolução do mérito, por entender que não são admissíveis embargos do executado antes de totalmente garantida a execução, conforme dispõe o art. 16, § 1º, da Lei Federal nº 6.830/80. Como Advogado(a) de Guilherme, redija a peça prático-profissional adequada para tutelar os interesses do teu cliente no bojo deste mesmo processo, indicando o prazo, seus requisitos e seus fundamentos, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência do E. STJ, ciente de que decorreram apenas 11 (onze) dias desde a publicação da sentença. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Mesmo diante da inexistência da lei complementar exigida pelo art. 146, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, o Estado X definiu o fato gerador, a base de cálculo e os contribuintes do IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores em sua própria lei ordinária ao instituir o referido tributo, determinando, ainda, nessa mesma lei, que tal imposto é devido ao Estado X quanto aos veículos automotores de propriedade de empresas locadoras que estiverem registrados/emplacados em outras unidades da federação quando estiverem disponíveis para entrega ao locatário nos estabelecimentos dessas empresas situados no seu território. Sobre a hipótese descrita, responda fundamentadamente os itens a seguir:

- A) O Estado X pode definir, em sua lei ordinária, o fato gerador, a base de cálculo e os contribuintes do IPVA?
- B) O Estado X pode exigir o IPVA sobre a propriedade de veículos automotores que estão registrados/emplacados em outras unidades da federação quando tais veículos estiverem disponíveis para entrega ao locatário nos estabelecimentos de empresas locadoras que forem situados no seu território?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

A sociedade empresária ABC Ltda., que atua no ramo de prestação de serviço de auditoria fiscal e contábil, em caráter empresarial, mantendo diversas filiais em várias cidades do país, é constituída por 4 sócios, sendo 1 contador, 1 economista, 1 advogado e 1 administrador de empresas. Uma das filiais da sociedade empresária ABC Ltda. sofreu fiscalização tributária que, ao final, resultou na sua autuação e exigência de ISS - Imposto sobre Serviços calculado por meio da aplicação da alíquota de 1% (um por cento), prevista na lei municipal, sobre o preço dos serviços praticados pela prestadora (base de cálculo). Inconformada, a sociedade empresária autuada apresentou reclamação/impugnação administrativa, alegando que o ISS exigido pelo Fisco Municipal deveria ter sido apurado por meio de valores fixos, relativamente a cada sócio que presta serviços à sociedade, e não mediante a aplicação de uma alíquota sobre o preço do serviço. Sobre a hipótese descrita, responda fundamentadamente os itens a seguir:

- A) O Município pode fixar a alíquota do ISS em 1% (um por cento) no que tange ao serviço em questão?
- B) A sociedade empresária tem direito ao recolhimento do ISS apurado por meio de valores fixos, tal como defende?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Após a conclusão de uma obra pública e sem publicação prévia do respectivo orçamento, a Câmara de Vereadores do Município Beta aprovou uma lei, já sancionada e publicada, disciplinando a instituição e cobrança de contribuição de melhoria dos proprietários de todos os imóveis que foram beneficiados pela valorização imobiliária decorrente da referida obra pública. A contribuição de melhoria foi calculada mediante a simples divisão do custo total da obra pela quantidade de imóveis beneficiados, o que resultou na exigência de valor superior à valorização do imóvel para alguns beneficiados. Sobre a hipótese descrita, responda fundamentadamente os itens a seguir:

A) O cálculo dessa contribuição de melhoria está correto?

B) O Município pode exigir a contribuição de melhoria sem a publicação prévia do orçamento da obra?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

João adquiriu um veículo automotor de Pedro no ano de 2019, sobre o qual pendia débitos de IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores relativos aos exercícios de 2016 a 2019. Pedro se comprometeu, no contrato de venda e compra que firmaram, a quitar todo esse débito pendente, exonerando João de qualquer responsabilidade perante o Fisco Estadual. Ocorre que o débito não foi pago e há 10 (dez) dias João foi citado em Execução Fiscal para pagar o IPVA em aberto. Diante disso, João, que percebeu que o Estado Exequente não instruiu a petição inicial da execução fiscal com o demonstrativo de cálculo do débito, o que, no seu entendimento, inviabiliza a ampla defesa, procura você, Advogado(a), querendo saber se é possível redirecionar a execução fiscal exclusivamente em face de Pedro com base no quanto estipulado no contrato de venda e compra firmado (*pacta sunt servanda*) ou se pode pleitear a sua extinção devido à falta do demonstrativo do cálculo do débito. Sobre a hipótese descrita, responda fundamentadamente os itens a seguir:

A) A Execução Fiscal deve ser extinta em virtude da falta do demonstrativo de cálculo do débito?

B) A Execução Fiscal pode ser redirecionada exclusivamente para Pedro com base no contrato firmado?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

